

Instituto Anelo

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 25BJP-022-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. José de Souza Campos, 507 - 5º andar
Cambuí - Campinas (SP) Brasil
T +55 19 2042-1036
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores do
Instituto Anelo
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Anelo (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), do superávit (déficit) abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Anelo em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com estas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades sem finalidade de lucros”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional; e

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 18 de dezembro de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-044.211/O-9-F



Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Instituto Anelo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

Ativo

	Notas	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa - com restrição	4	1.541.567	2.184.071
Caixa e equivalente de caixa - sem restrição	4	233.522	108.222
Total do ativo circulante		1.775.089	2.292.293
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	223.320	199.671
Total do ativo não circulante		223.320	199.671
Total do ativo		1.998.409	2.491.964

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

Passivo e patrimônio social

	Notas	2024	2023
Passivo circulante			
Obrigações tributárias		213	81
Obrigações trabalhistas e previdenciária	7	8.213	8.603
Total do ativo circulante		8.426	8.684
Patrimônio social	8	1.989.983	2.483.280
Total do patrimônio social		1.989.983	2.483.280
Total do passivo e patrimônio social		1.998.409	2.491.964

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Demonstrações do superávit (déficit)
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

	Notas	2024	2023
Receita líquida	9	1.871.540	2.675.209
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(2.459.100)	(1.826.909)
Superávit antes do resultado financeiro		(587.560)	848.300
Receitas financeiras	11	127.328	136.577
Despesas financeiras	11	(33.065)	(38.215)
Resultado financeiro		94.263	98.362
Superávit (déficit) do exercício		(493.297)	946.662

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Demonstrações do superávit (déficit) abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

	2024	2023
Superávit (déficit) do exercício	(493.297)	946.662
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(493.297)	946.662

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Demonstrações das mutações do patrimônio social
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

	Patrimônio social
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.536.618
Superávit do exercício	946.662
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.483.280
Déficit do exercício	(493.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.989.983

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(493.297)	946.662
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	22.900	39.153
Variações nos passivos operacionais		
Obrigações tributárias	133	(1.026)
Obrigações trabalhistas e previdenciária	(390)	(4.726)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(470.654)	980.063
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(46.550)	(103.243)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(46.550)	(103.243)
Aumento (redução) em caixa e equivalente de caixa no exercício	(517.204)	876.820
Demonstração da variação de caixa e equivalência de caixa		
Caixa e equivalente no início do exercício	2.292.293	1.415.473
Caixa e equivalente no final do exercício	1.775.089	2.292.293
Aumento (redução) em caixa e equivalente de caixa no exercício	(517.204)	876.820

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto Anelo ("Instituto"), foi fundado em 10 de maio de 2000, constituído sob a forma de associação civil de fins não econômicos e não lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 05.896.161/0001-29, de caráter cultural e de promoção de direitos, com sede e foro à rua Vicente de Marchi, nº 718, bairro Jardim Florence I, CEP 13059-045, na cidade de Campinas – SP e com duração indeterminada. O Instituto tem como objetivo a promoção, de forma complementar e gratuita, da educação, bem como o desenvolvimento humano e técnico da música atuando nas áreas de cultura e assistência social, de modo a contribuir com o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos por meio da música e da cultura. Suas atividades podem resultar em alternativas de profissionalização do público atendido – pessoas capazes de contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em reunião realizada em 18 de dezembro de 2025.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, definidas na Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente, em observação à norma NBC-TG-1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – "Entidades sem finalidade de lucros, ambas aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade estão apresentadas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Ativos financeiros

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

Contas a receber de subvenções, convênios e parcerias

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal das doações, que representam esses créditos.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre aplicações CDB. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com taxas e despesas bancárias e descontos concedidos

b) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui:

- custo de materiais e mão de obra;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessário para que o item seja capaz de operar da forma pretendida pela administração; e
- ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Provisão para “Impairment”

O Instituto avalia os valores de recuperação de seus bens do ativo imobilizado, constituindo provisão para recuperação quando identificadas evidências de problemas de recuperação.

c) Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

O Instituto registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 9 e 10.

d) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos doze meses subsequentes à data de apresentação das demonstrações contábeis. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Nos ativos e passivos não circulantes, quando se configurarem situações em que estes valores requeiram, são praticados os ajustes a valor presente.

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos doze meses subsequentes à data de apresentação das demonstrações contábeis. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências e obrigações legais são realizadas conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC PME, passivos contingentes e ativos contingentes.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências e obrigações legais são efetuadas conforme descrito a seguir:

Passivos contingentes

São constituídas provisões ou é divulgada em notas explicativas, sempre se levando em conta a opinião dos consultores jurídicos e a natureza das ações.

Assim, em havendo a necessidade a administração, após julgamento e mensuração de estimativas seguras, poderá constituir provisão para contingências, quando a perda for avaliada como “provável”, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nas situações em que a perda for avaliada como “possível”, o Instituto divulga as contingências em nota explicativa.

f) Apuração do resultado

O resultado das operações do Instituto é apurado de acordo com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas, bem como os custos e as despesas são reconhecidas no resultado quando estas ocorrem, independentes da sua realização.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor:

	2024	2023
Aplicações de liquidez imediata com restrição (i)	1.541.567	2.184.071
Caixa e equivalente de caixa - com restrição	1.541.567	2.184.071
Caixa	162	200
Aplicações de liquidez imediata sem restrição (i)	233.360	108.022
Caixa e equivalente de caixa - sem restrição	233.522	108.222
Total	1.775.089	2.292.293

(i) a taxa de remuneração é de 90% a 100% do CDI referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de aplicação financeira corresponde ao montante de R\$ 1.541.567. Essas aplicações têm como objetivo a utilização específicas em projetos determinados através de subvenções governamentais e entidades sem fins lucrativos, não podendo ser utilizado para outros fins.

5. Contingências

Com base na análise da opinião dos seus advogados, a administração entendeu que não há processos em curso com probabilidade de perda provável ou possível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Imobilizado

Composição

	2024	2023
Móveis e utensílios	21.422	24.105
Máquinas e equipamentos	201.898	175.566
Total	223.320	199.671

Movimentação do imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2022	18.625	116.956	135.581
Aquisição	12.005	91.238	103.243
Depreciação	(6.525)	(32.628)	(39.153)
Em 31 de dezembro de 2023	24.105	175.566	199.671
Aquisição	400	46.150	46.550
Depreciação	(3.083)	(19.817)	(22.900)
Em 31 de dezembro de 2024	21.422	201.898	223.320
Taxa anual de depreciação %	10%	10%	

7. Obrigações trabalhistas e previdenciária

	2024	2023
Salários e ordenados a pagar	6.178	5.681
INSS a recolher	1.984	2.061
FGTS a recolher	-	634
Contribuição sindical	51	227
Total	8.213	8.603

8. Patrimônio social

O patrimônio social é representado pelos superávits e/ou diminuídos pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Conforme estatuto social o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio e de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Desta forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

9. Receita líquida

	2024	2023
Receitas próprias (i)	1.694.928	2.543.657
Trabalho voluntário (ii)	176.612	131.552
Total	1.871.540	2.675.209

(i) refere-se a doações de pessoas físicas e jurídicas.

(ii) os trabalhos e serviços voluntários obtidos, que não geraram desembolsos de caixa para o Instituto, referem-se aos honorários de conselheiros e membros dos comitês, remuneração da diretoria e dos demais voluntários do Instituto. Vale ressaltar que a monetização dos valores foi feita considerando o total de horas doadas por cada voluntário, diretor e conselheiro. O Instituto estima que, caso tivesse desembolsado caixa para a obtenção desses trabalhos e serviços voluntários, teria desembolsado R\$ 176.612 durante o exercício de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	2024
Voluntários (Consultoria de serviço social, consultoria administrativa e arquitetura)	128.200
Diretores (presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretaria)	22.118
Conselho fiscal	26.294
Total da receita líquida	176.612

10. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Prestação de serviços	(14.041)	(7.080)
Salários	(1.479)	(123.760)
Impostos, taxas e contribuições	(14.935)	(17.379)
Publicidade e propaganda	(680)	(19.497)
Material de consumo	(32.624)	(23.992)
Serviços prestado por terceiros PJ	(1.871.884)	(1.387.770)
Serviços terceiros PF	(67.134)	(29.424)
Cursos - Capacitação	(377)	(6.178)
Eventos	(8.412)	(5.500)
Manutenção	(23.669)	(11.892)
Benefícios e encargos	(25.129)	(22.207)
Material pedagógico	(7.110)	(859)
Deslocamento	(13.423)	-
Depreciação	(22.900)	(39.153)
Trabalhos voluntários	(176.612)	(131.552)
Outros	(3.319)	(666)
Total	(2.283.728)	(1.826.909)

11. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(33.065)	(38.215)
Juros recebido por aplicações	127.328	136.577
Total	94.263	98.362

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistem basicamente em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme Nota Explicativa nº 4).

O Instituto não possui empréstimos com terceiros.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pelo Instituto. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes e aplicações em instituições financeiras. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha no mercado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Instituto e monitorada pela diretoria do Instituto Anelo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Instituto para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O Instituto investe seus recursos em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem segura conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

13. Cobertura de seguro (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros, pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

O escopo dos trabalhos de nosso auditor independente não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração do Instituto.

* * *